

OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO POLÍTICA E DE PRÁTICAS EDUCACIONAIS SUSTENTÁVEIS: A CONTRIBUIÇÃO DAS AGENDAS 21 NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Maria Cristina Borges da Silva – Pesquisadora, Geógrafa, Ms
e -mail: maria cristina2@uol.com.br, maria.silva28@utp.br.

Universidade Tuiuti do Paraná /Faculdade de Ciências Humanas Letras e Artes/ Curso de Pedagogia e Geografia. Curitiba -PR.

Palavras-chave: educação, formação, sustentabilidade, Agenda 21

Resumo:

É necessário cada vez mais compreendermos, como as instituições de ensino, contribuem para a formação política e de práticas educacionais sustentáveis, para a participação na formulação das políticas públicas de forma mais propositiva e reativa. O objetivo da pesquisa é aprofundar as reflexões a cerca da formação profissional no âmbito dos cursos de graduação sobre a Educação para Sustentabilidade, com vistas à implementação das Agendas 21 no âmbito das instituições de ensino. A metodologia utilizada é a pesquisa-ação, uma vez que objetiva o contato direto com os envolvidos. Os resultados apontam a necessidade de construir de novas alternativas, que possibilitem subsidiar e gerar conhecimentos através da implantação de processos que vise maior participação das instituições de ensino e das comunidades locais, através de decisões coletivas que possam influenciar a formulação de políticas educativas e políticas publicas capazes de intervir propositivamente na construção de uma sociedade mais democrática e sustentável. Estudos são necessários, para que novas concepções surjam através da pesquisa científica, a fim de que novas leituras e valores filosóficos se abram, para dar respostas a todas as modernizações, aparatos legais e técnicos existentes atualmente e aos anseios sociais. E para que haja desenvolvimento de instrumentos e metodologias, que visem à incorporação plena da dimensão socioambiental, de forma transdisciplinar, entendida aqui como sugere Nicolescu, (1999, p.9), como uma nova abordagem científica, cultural, espiritual que nos permita “descobrir a ressurreição do indivíduo e o começo de uma nova etapa de nossa história”. Deste modo há necessidade do grupo ensejar com os seus participantes conceitos advindos da transdisciplinaridade, pois, como aborda Nicolescu,(op.cit), os pesquisadores que entendem este processo “*aparecem como resgatadores de Esperanças*”, pois, constroem um novo momento de idéias e um projeto para o Futuro, e o conceito de sustentabilidade e de Agendas 21 se encaixam nesta perspectiva.

Introdução

Os estudos sobre regiões, territórios, lugares e cidades costumam ser abordados com diferentes enfoques, pois muitas são as características possíveis de serem analisadas quando a questão se volta para estes temas. Entretanto, poucos são os estudos sobre estes temas que se relacionam com a educação e a formação de pessoas. Desta forma, os diferentes recortes territoriais traduzem em espaços diversificados mensagens em busca de significado, que se refletem no uso do solo, nos costumes e na construção da história de sua gente. Sendo assim, não se pode considerar os diversos espaços geográficos, como simples produto de demarcações administrativas. Sua análise deve ser pautada em sentimentos e opiniões de todos aqueles que neles vivem, e que de alguma maneira colaboram para construir sua história.

As utilizações de conceitos que expliquem os significados socioespaciais são questões complexas e envolvem muita subjetividade, e embora existam estudos com diversas abordagens, verifica-se que há uma busca da compreensão dos processos sociais, econômicos e ambientais que determinam a localização, o arranjo espacial e a evolução dos lugares. Entretanto, para os habitantes apresenta uma conotação diferente dos critérios acima mencionados, pois estes os vêem com uma quantidade de símbolos e valores baseados em sua experiência pessoal que fazem do seu local de vivência um lugar familiar e repleto de significados.

No entanto, é necessário refletir, sobre como são construídos estes significados, pois é a partir deles que se tem maior ou menor intervenção e participação nos processos decisórios do lugar onde se vive. Desta forma, a educação se constitui em elemento preponderante na formação de um Estado, de uma região, de um lugar ou de uma cidade, e uma educação/formação que busque o conhecimento regional e o local, é imprescindível.

Desta forma os currículos da educação básica e superior, devem antecipar essas reflexões, e propor à formação de cidadãos que se comprometam e se co-responsabilizem para que sua atuação promova a redução dos desequilíbrios da realidade em que vivem.

É o refletir e o agir face às questões socioespaciais e socioambientais. Assim, o currículo deve ser uma probabilidade, de modo que se revele; a atualidade, o dinamismo e circulação. As instituições de ensino são hoje, mais do que nunca, são solicitadas a participar de diversas decisões coletivas, através de inúmeras políticas públicas que envolvem governo e sociedade. São muitas as formas de participação, como por exemplo, os planos diretores, os comitês de bacias hidrográficas, as audiências públicas, os orçamentos participativos, associações comunitárias, conselhos municipais, diversos fóruns de discussões, etc., que anunciam a possibilidade de compreender os caminhos percorridos e traçar novos rumos.

Deste modo à possibilidade de introduzir nas instituições de ensino de todos os níveis de ensino a discussão sobre Agenda 21 pelo seu caráter

eminentemente emancipatório, socializando experiências existentes, com base em seus princípios e valores, poderá ser uma oportunidade para o exercício da cidadania ativa e para uma educação que vise efetivamente à participação reativa e propositiva, tanto na esfera regional como local, envolvendo todos os atores ligados direta ou indiretamente com a educação/formação.

As instituições de ensino de todos os níveis são as responsáveis pela educação que poderá animar a vida, social, cultural, ambiental, profissional e pessoal do aluno e em sua convivência familiar. A escola influencia e é influenciada pelos agitos do o seu entorno, com eventos festivos e científicos, na abordagem da violência familiar e social, nas decisões da coletividade, no desenvolvimento agrário, industrial e comercial, nas questões de saneamento, etc. Além disso, em muitas comunidades, as instituições de ensino são os órgãos ao qual os cidadãos recorrem, como se fosse um organismo de ajuda, apoio e resolução de problemas familiares ou sociais, e isso ocorre na maioria das vezes de forma espontânea.

Embora as instituições de ensino elaborem vários tipos de planejamentos as demandas advindas das necessidades mais imediatas das comunidades do entorno das escolas, muitas vezes não são contempladas. Desta forma, a construção de um diagnóstico e de um planejamento estratégico para desenvolvimentos de ações a curto, médio e longo prazo se faz necessário. E a Agenda 21 se encaixa perfeitamente nesta perspectiva.

Segundo Strong¹,

A Agenda 21 oferece um quadro de referências para as discussões de ações políticas que envolvem autoridades, associações civis e empresas. Os caminhos do ecodesenvolvimento serão necessariamente diversos, fazendo o melhor uso possível da diversidade biológica e cultural dos diferentes ecossistemas e ambientes sociais. Ao mesmo tempo em que, as ações locais devem ser orientadas pelos interesses globais, é necessário um conjunto de políticas públicas, em níveis nacionais e internacionais para capacitar as comunidades locais, rurais ou urbanas a produzirem suas próprias Agendas 21. (Strong,M.1993,p.9)

Desde modo as instituições de ensino podem e devem elaborar suas Agendas 21, a partir do diagnóstico de sua realidade local, gerando ações apropriadas com vistas a ultrapassar as barreiras que impedem a comunicação interna e o desenvolvimento sustentável no seu cotidiano e no seu entorno.

Estas afirmações nos remetem de imediato a avaliar a formação dos profissionais do futuro, pois em cada etapa de desenvolvimento social, corresponde a projetos pedagógicos aos quais contribuem com a formação, de modo a atender os processos políticos e os modos de produção que predominam na sociedade. Então a formação, em relação ao planejamento,

¹ Maurice Strong - Autor do prefácio do livro de Ignacy Sachs - Estratégias de Transição para o Século XXI - 1993 Strong, foi secretário Geral da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

organização e gestão da sociedade, traz decorrências importantes para a educação e formação de profissionais, que atuarão como mediadores do processo de desenvolvimento da sociedade local.

Um breve histórico

No Paraná vivemos um momento histórico, e dependendo da condução e do comprometimento dos envolvidos, o Estado do Paraná através dos integrantes do Fórum permanente da Agenda 21 e das Instituições de Ensino Superior do Estado, poderá efetivamente mudar os rumos do desenvolvimento sustentável, e dar exemplo ao Brasil e quiçá ao Mundo.

Em Março de 2006, quando ocorreu em Curitiba a COP 8 / MOP 3 – Reunião da Convenção das Partes sobre Biodiversidade e Biossegurança, as Universidades Tuiuti do Paraná -UTP, Universidade Federal do Paraná UFPR, e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, juntamente com o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, promoveram o evento paralelo "**A Agenda 21 Paraná e as Ações das Universidades**". Neste evento, as três universidades que já participam do Fórum tiveram a oportunidade de apresentar as ações, projetos e pesquisas que desenvolvem, em consonância com Agenda 21. Como resultados, do evento, na plenária final, foram recomendadas 25 ações, para serem desenvolvidas no âmbito das universidades.

Em dezembro/2006, num evento coletivo denominado - Pactos Pela Vida, promovido por: Itaipu Binacional, Parque Nacional do Iguaçu - IBAMA, Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu e a Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, através do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná - na cidade de Foz do Iguaçu, foi assinado publicamente pelas três universidades já mencionadas, na presença de aproximadamente 2000 pessoas, o compromisso de implementar gradativamente os itens acordados.

Guiados pelos compromissos assumidos a Universidade Tuiuti do Paraná, de forma pioneira, decidiu por construir sua Agenda 21 Universitária e em 28 de março de 2006, na presença de várias autoridades de governo, acadêmicos, funcionários e comunidade, instalou o Fórum Permanente da Agenda 21 da Universidade Tuiuti do Paraná.

Em 02 de outubro de 2007, dando continuidade as recomendações da plenária final do evento "Agenda 21 e as Ações das Universidades", foi assinado por outras dez novas instituições públicas e privadas, de Ensino Superior do Estado o "Pacto 21 Universitário".

Deste modo, o Fórum Permanente da Agenda 21, decidiu coletivamente por desenvolver uma pesquisa interinstitucional como forma de avaliar os obstáculos e facilitadores no processo de implementação das Agendas 21 locais nos municípios do Estado do Paraná. Desta forma, pesquisadores de várias instituições poderão contribuir com a pesquisa em

curso, ou desenvolver pesquisas que contribuam na formulação de respostas.

Portanto, a pesquisa ora apresentada se insere neste projeto maior caracterizando-se como uma pesquisa interinstitucional com a Pontifícia Universidade Católica -PUCPR e a Secretaria de Estado Meio Ambiente e Recursos Hídricos. E se trata de uma contribuição sobre os processos educativos e Agenda 21. Assim como, contribui com o projeto institucional da Universidade Tuiuti do Paraná, que ao assinar o Pacto 21 Universitário², em outubro de 2007 compromete-se a:

- Institucionalizar os princípios da Agenda 21 do Paraná, através de práticas de ensino pesquisa, extensão, programas e ações pró-ativas;
- Divulgar o contexto da Agenda 21 Paraná através da formação de multiplicadores e da disseminação de conteúdos;
- Promover o pensamento reflexivo, para tomada de atitudes transformadoras, com vistas a sustentabilidade.

O objetivo Geral da pesquisa é aprofundar as reflexões acerca da formação profissional no âmbito dos cursos de graduação sobre a Educação para Sustentabilidade, assim como analisar como as instituições de ensino atuam face ao diagnóstico de sua realidade local, para adequação de uma Educação socioespacial e socioambiental, com vistas à implantação das Agendas 21, e da construção do Pacto 21 universitário.

Materiais e Métodos

A **metodologia** da pesquisa foi definida no intuito de responder os seguintes questionamentos:

a) Como buscar uma prática pedagógica nas diferentes instituições de ensino, que vincule o saber e o sentimento da população com o saber científico, valorizando um trabalho de construção coletiva no processo de investigação e intervenção na realidade através da construção da Agenda 21?

b) Dentre as questões socioambientais que se manifestam nos diferentes espaços geográficos, quais são relevantes e demandam a compreensão do meio em que vivemos, para podermos participar efetivamente dos processos decisórios da cidade e do Estado, e ainda auxiliem formandos para uma educação norteada por princípios da sustentabilidade e portanto, de Agenda 21?

Tendo em vista que a pesquisa objetiva o contato direto com os principais atores das instituições de ensino, e compreendendo que estes estão inseridas em contextos comunitários diferenciados, entende-se que a

² O Pacto 21 Universitário é uma proposta construída pelos membros do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná e é apresentada a sociedade paranaense através da assinatura de documento em 02 outubro de 2007, pela Ministra do Meio Ambiente Marina Silva e do Governador do Estado Roberto Requião e de representantes de treze instituições públicas e privadas de Ensino Superior do Estado que fazem parte do Fórum permanente da Agenda 21 Paraná, onde se comprometem a colocar em prática os princípios que norteiam a Agenda 21 Global, Brasileira e do Estado do Paraná.

pesquisa qualitativa, na modalidade pesquisa-ação, é a metodologia mais eficaz, pois:

Segundo Thiollent (2002, p 14), a pesquisa-ação “é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”. Trata-se, portanto, de uma forma de investigação alternativa em relação ao modo de pesquisa convencional e que, além de participante, supõe uma ação planejada de caráter social e educacional.

O maior desafio da pesquisa é à exigência científica da investigação que se constitui na determinação em realizar uma participação embasada no conhecimento científico – das percepções ambientais, dos processos de ensino e aprendizagem, de forma que a apropriação e a construção de fundamentos teórico-metodológicos possam ser incorporadas por todos os participantes.

Resultados e Discussão

As questões socioambientais têm interessado a diferentes segmentos da sociedade, embora com uma multiplicidade de motivações políticas e ideológicas. Graves seqüelas foram geradas, por atividades poluidoras: consumo exacerbado, falta de compreensão dos aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos sociais, econômicos, científico, culturais, éticos das comunidades locais, que induzem a degradação dos ecossistemas e produzem grandes disparidades populacionais, que ainda são exercidas de maneira severa. Assim, é necessário refletir, sobre como são construídos a imagem e os significados das cidades, pois é a partir desses que se planeja, e se tem maior ou menor intervenção e participação nos processos decisórios do lugar onde se vive.

No entanto, antes de se planejar qualquer coisa, precisa-se ter claro o que e com o que se podem contar. Analisando quais são as variáveis positivas e/ou negativas que se pode encontrar. Não é possível a realização de qualquer ação planejadora sem antes se fazer uma leitura do que acontece em nossa volta.

De acordo com David Lowenthal (1978), preferências e valor conferido a determinadas paisagens não estão vinculados apenas à beleza, pois a estética é apenas uma das muitas fontes de vínculos afetivos com a paisagem.

Gold e Burgess (1982), afirmam que valorizar o ambiente vivido significa buscar aquilo que satisfaz nossas necessidades básicas: locais que nos propiciam prazer, que marcaram nosso passado e aos quais está ligado o nosso futuro. Os sujeitos em diferentes posições ou papéis sociais exigem possuir e criar suas próprias paisagens. No entanto, os autores questionam a idéia de que agindo sozinho os planejadores podem salvaguardar o interesse público, pois consideram que as preferências das elites e do público em geral por determinadas paisagens podem coincidir; pode até o

gosto elitista ser difundido no consenso público, mas quase sempre são conflitantes. Assim, a ação planejadora deverá ser também multiplicadora, pois se têm conceitos e conteúdos conhecidos para disseminar e discernir quais os pontos falhos e quais os acertos. Contudo, a maior parte dos indivíduos manifesta uma adesão a um conjunto de interesses e gostos que se podem considerar dominante.

Desta forma, um conjunto de mensagens vai sutilmente operando na mentalidade coletiva. São selecionados espaços e comportamentos da vida urbana para serem vinculados na mídia como se fosse à cidade como um todo, enquanto outros lugares são intencionalmente omitidos.

Para Tuan, (1984) a propaganda estimula e influencia a formação da imagem favorável. Deste modo, o estudo é de fundamental importância para que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas aspirações, esperanças, ansiedades, satisfações e descontentamentos, avaliação e comportamento.

Então, é necessário compreender como as comunidades, discutem as questões locais, quais são as trocas de informações, quais são os processos educativos, sejam eles para tratar de aspectos da história, das questões ambientais (bacias hidrográficas), da qualidade de vida do turismo, do trabalho formal ou informal, enfim das diversas realidades. Compreender a atuação dos profissionais que atuam nas diversas modalidades de ensino torna-se fundamental para compreensão de como é possível uma participação efetiva no desenvolvimento local.

O conceito de realidade imediata, do lugar ou do local, pode não estar sendo utilizado nas instituições de ensino de modo abrangente e que envolva a dimensão atual. Pois com a globalização, o lugar não pode não ser entendido como uma categoria que se encerra em si, é onde se permite a empiricização do mundo, e parece também poder revelar todas as contradições do mundo. Straforini, (2004, p. 94) sintetiza; “um lugar se abre para outros lugares, é o lugar de todos os lugares, o lugar comum, isto é o mundo. É tênue a diferença, portanto, entre lugar e mundo”

Desta forma se exige cada vez mais do profissional que atua na área da educação, estudos e práticas que lhes possibilitem diferentes formas de leitura e interpretação da realidade vivida e que estas se constituam em objeto de várias áreas do conhecimento. Assim, precisará ser preparado para trabalhar a partir dos princípios definidos pelos SINAES, na LDB e nas diretrizes curriculares bem como nos parâmetros recomendados pelo MEC, pelos sistemas de ensino ou pelo projeto pedagógico de seus cursos e de suas instituições de ensino. Espera-se então, que profissionais das mais diferentes áreas, possam ser formados para produzir categorias de análise que permitam não só a compreensão dos processos educativos, mas principalmente a intervenção na realidade.

Esta intervenção, entendida aqui como possibilidade de contribuir com o desenvolvimento local, este último compreendido como possibilidade de construir com a comunidade suas capacidades, competências e habilidades de gestão das próprias condições e qualidade de vida. Pois é no local que

alunos e professores se desenvolvem enquanto partícipes da sociedade. Neste sentido, o desenvolvimento local é um processo reativador da economia e dinamizador da sociedade, mediante o aproveitamento eficiente dos expedientes existentes no local, capaz de estimular e diversificar seu crescimento econômico, criar empregos e melhorar a qualidade de vida da comunidade local, o que implica mudanças de atitude e comportamento de grupos e de indivíduos.

Desta forma, exigirá estratégias como a da “Prática Reflexiva” de Donald A. Schön (1995), compreendendo a “reflexão para a ação, a reflexão na ação, a reflexão sobre a ação e a reflexão sobre a reflexão”. Ao conceber esta estratégia metodológica o profissional da educação estará compreendendo a complexidade de seu fazer pedagógico, pois esta se aplica perfeitamente ao trabalho docente que compreende o que é o desenvolvimento local. Assim, as instituições ligadas à formação, têm uma grande responsabilidade, com as relações sociais, com a dimensão ambiental e com a melhoria da qualidade de vida da população.

No entanto, BRUGGER,(1994,p.14), esclarece que:

“é possível hoje, mais do que nunca, ocultar sob a fachada de um saber “técnico” uma decisão na verdade política. Da mesma forma, o universo da locução técnica serve para reproduzir e legitimar o status quo e repelir outras alternativas que porventura se coloquem contra ele” . BRUGGER, (1994, p.8).

Desta forma, é necessário compreender se os projeto de desenvolvimento local e de educação para sustentabilidade que estão em construção, se apóiam na estratégia participativa e democrática de ampla discussão com a sociedade.

Os resultados apontam a necessidade de novas alternativas, aliando a necessidade de subsidiar e gerar conhecimentos através da implementação de sistemas que visem maior participação das instituições de ensino, especialmente as de Ensino Superior, pois estas atuam na formação de profissionais das mais diversas áreas de conhecimento, podendo influenciar de maneira decisiva as gerações atuais e as futuras na formação de uma educação baseada nos princípios da sustentabilidade e, portanto, de Agenda 21.

Algumas Considerações

As IES possuem naturalmente maior contato e atuação junto às comunidades locais. Desta forma, são capazes de desenvolver instrumentos que possibilitem, através de decisões coletivas influenciar a formulação de políticas públicas, capazes de intervir propositivamente na construção de uma sociedade mais democrática e sustentável.

Uma contribuição teórica-prática da Universidade Tuiuti do Paraná sobre as questões socioambientais, foi com a instalação do Fórum Permanente da Agenda 21 UTP em 2007, o que possibilitou um contato maior como professores e alunos de outras áreas do conhecimento e desde

então são realizadas reuniões para construir discussões sobre as diversas temáticas propostas no fórum. A formação do Grupo de Estudos em Políticas e Educação Socioambiental (*GEPESA*), também aborda a temática a partir das complexas relações entre estes e os problemas de natureza social, filosófica, política e cultural, levando em consideração o enfoque transdisciplinar do conhecimento científico. Na perspectiva de formar cidadãos ambientalmente responsáveis e estrategicamente envolvidos com a mudança social que se faz necessária a partir de uma nova leitura. A proposta de trabalho do Grupo de Estudos resultou também da afinidade dos objetivos e temas que poderiam se constituir em referências para realização de novos estudos, pesquisas, atividade de extensão e contribuir com os programas institucionais da Universidade Tuiuti do Paraná, como é o caso da Agenda 21 UTP.

Desta forma, o Grupo de Estudos procura contribuir para a formação do “sujeito-intérprete”, na perspectiva apresentada por Carvalho, ou seja, formar profissionais que estejam sempre comprometidos com a “tarefa reflexiva que implica provocar outras leituras da vida, novas compreensões e versões possíveis sobre o mundo e sobre a nossa ação no mundo” (CARVALHO, 2004, p.77).

Outro aspecto relevante é a necessidade de discutir as limitações das condições socioambientais e socioespaciais, assegurando a democratização do conhecimento, através da disponibilização de forma adequada, e a construção de Agendas 21 das instituições de ensino se aplica a esta perspectiva. Fica patente que novos estudos e novos grupos são necessários, para que novas concepções surjam através da pesquisa científica, a fim de que novas leituras e valores filosóficos se abram, para dar respostas a todas as modernizações, aparatos legais e técnicos existentes atualmente e aos anseios sociais. É para que haja desenvolvimento de instrumentos e metodologias, que visem à incorporação plena da dimensão socioambiental, de forma transdisciplinar, entendida aqui como sugere Nicolescu, (1999, p.9) como uma nova abordagem científica, cultural, espiritual que nos permita “descobrir a ressurreição do indivíduo e o começo de uma nova etapa de nossa história”. Os resultados apontam para a necessidade do grupo ensinar com os seus participantes conceitos advindos da transdisciplinaridade, pois, como aborda Nicolescu, (op.cit.) os pesquisadores que entendem este processo “*aparecem como resgatadores de Esperanças*”, pois, constroem um novo momento de idéias e um projeto para o Futuro, e o conceito de sustentabilidade e de Agendas 21 e o Pacto 21 universitário se encaixam nesta perspectiva.

Agradecimentos

Agradecimentos especiais à Universidade Tuiuti do Paraná pela possibilidade do desenvolvimento da pesquisa e ao Fórum Permanente da Agenda 21 do Paraná, por possibilitarem esta caminhada histórica e comprometida.

Referências (Arial 12, Negrito, alinhado à esquerda)

- BRASIL Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia. Brasília: Secretaria da Educação Fundamental - MEC/SEF, 1998.
- BRUGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1994, 142 p.
- CARVALHO, C.M. **Educação ambiental:** a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.
- GOULD, P., WHITE, R. Mental maps. New York: Routledge, 1974.
- GOULD, R. J., BURGESS, J. – Valued Environments: Londres: George Allen & Unwin, 1982.
- LOWENTAL, D. – Finding Valued Landscape, Working Paper 4, Institute for Environmental Studies, Toronto, 1978.
- NICOLESCU, B. **O manifesto da transdisciplinaridade.** São Paulo: Trion, 1999.
- SCHÖN, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, António (org.). *Os professores e sua formação.* Lisboa, Dom Quixote, 1995, p. 77-91.
- STRAFORINI, Rafael – Ensinar Geografia o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. São Paulo, Ed. Annablume, 2^o Edição, 2006.
- TUAN, Y.- Espaço e Lugar – São Paulo: Difel, 1984.